

Estado do Espírito Santo

EDITAL DE CREDENCIAMENTO № 001/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 25.864/2025.

ID-CIDADES/ES Nº: 2025.017E0600007.17.0001

O Município de Cariacica, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Meio Ambiente, representada neste ato pela Superintendência de Licitação—SEMAD, que realizará licitação na modalidade **CREDENCIAMENTO**, na forma ELETRÔNICA, por meio de utilização de recursos da tecnologia da informação (internet), através do portal de Compras Públicas <u>www.portaldecompraspublicas.com.br</u>, para:

Objeto:	Prestação de serviços de medicina veterinária para esterilização cirúrgica de cães e gatos
Órgão Requisitante:	Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Meio Ambiente - SEMDEC.
Local:	Portal de Compras Públicas (https://www.portaldecompraspublicas.com.br)
Critério de contratação:	Paralela e não excludente de todos os credenciados com distribuição de demanda proporcional à capacidade de atendimento informada, mediante distribuição semestral.
Inicio do prazo de Credenciamento:	07/11/2025 às 9h:00min
Término do prazo de Credenciamento:	Conforme termo de referência – ANEXO II



Estado do Espírito Santo

Data da primeira distribuição	15/12/2025
de demanda:	

O presente processo administrativo é regido pela Lei nº 14.133, de 2021, com aplicação por analogia do Decreto Federal n° 11.878/2024 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital seus Anexos.

O Edital e seus Anexos estão disponíveis no Portal de Compras Públicas (www. portaldecompraspublicas.com.br), Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP www.gov.br/pncp/pt-br e no site do Município www.cariacica.es.gov.br. Maiores Informações pelo telefone (27) 3254-5815 ou pelo endereço eletrônico pregao3@cariacica.es.gov.br.

1. DO OBJETO

- 1.1. Objetiva-se aqui credenciar clínicas e hospitais veterinários visando a futura contratação da prestação de serviços de esterilização cirúrgica de cães e gatos, abrangendo:
 - 1.1.1. Esterilização cirúrgica de caninos e felinos;
 - 1.1.2. Microchipagem dos animais atendidos pelo programa;
 - 1.1.3. Exames Laboratoriais pré-operatórios;
 - 1.1.4. Medicamentos e materiais utilizados antes e durante os procedimentos cirúrgicos;
 - 1.1.5 Medicação pós-cirúrgica a ser entregue aos tutores dos animais.
- 1.2. O detalhamento do objeto consta do termo de referência (anexo II da minuta do termo contratual).
- 1.3. A execução dos serviços quando contratada será realizada de forma equitativa entre os prestadores credenciados, respeitando a capacidade técnica e operacional de cada um, conforme declarado no processo de habilitação.



Estado do Espírito Santo

1.4. A inserção e análise dos requerimentos e dos documentos de habilitação ocorrerão

no endereço eletrônico: www.portaldecompraspúblicas.com.br, conforme descrito no

preâmbulo, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1.5. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no

site www.portaldecompraspúblicas.com.br e as especificações constantes deste Edital,

prevalecerão as últimas.

2. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO PROVEDOR DO SISTEMA

2.1. Os interessados em participar deste credenciamento deverão dispor de cadastro

junto ao Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha,

pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do

proponente ou representante legal e presunção de capacidade técnica para a realização

das transações inerentes a este credenciamento.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais

no Portal de Compras Públicas e mantê-los atualizados, devendo proceder

imediatamente à correção ou à alteração dos dados tão logo identifique incorreção ou

esses dados se tornem desatualizados.

2.5. O proponente é responsável exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas

em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os requerimentos e os lances, inclusive

os atos praticados diretamente ou por seu representante legal, excluída a

responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Cariacica por eventuais

danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

2.6. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando

responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de

qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pela Agente de Contratação, ou em caso

de sua desconexão.



Estado do Espírito Santo

2.7. Todos os custos decorrentes do credenciamento no Portal de Compras Públicas e

da elaboração e apresentação de propostas e documentos de habilitação serão de

responsabilidade do proponente.

2.8. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter mais

informações na página <u>www.portaldecompraspublicas.com.br</u> podendo sanar eventuais

dúvidas pela central de atendimento do portal ou pelo email:

falecom@portaldecompraspublicas.com.br

3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar deste credenciamento pessoas jurídicas que atuam no ramo

pertinente ao seu objeto, observadas a condições constante do Edital e seus Anexos, e

que estejam devidamente credenciadas junto ao Portal de Compras Públicas.

3.2. Não poderão se credenciar ou participar da execução de contrato, direta ou

indiretamente aqueles que:

3.2.1. não atendam às condições deste Edital e seus Anexos;

3.2.2. não atuam em ramo de atividade compatível com o objeto do

credenciamento;

3.2.3. que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,

financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou

com agente público que desempenhe função NO CREDENCIAMENTO ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou

parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.4. se enquadram nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei

Federal n° 14.133/2021;



Estado do Espírito Santo

3.2.5. estejam proibidos de participar de licitações e celebrar contratos

administrativos, na forma da legislação vigente;

3.2.6. estejam sob processo de falência. É admitida a participação de empresas em

recuperação judicial, desde que apresente comprovação de que o respectivo

plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº

11.101/2005;

3.2.7. sejam Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público — OSCIP,

atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU — Plenário);

3.2.8. Sejam instituições sem fins lucrativos;

3.3. Será vedada a participação de empresas em consórcio neste credenciamento, uma

vez que tal participação somente é recomendável quando o objeto for "de alta

complexidade ou de grande vulto econômico", situações em que empresas

isoladamente não teriam condições de atender aos requisitos de habilitação técnica ou

de qualificação econômico-financeira o que não é o caso presente.

3.3.1. A vedação quanto à participação de empresas em consórcio não limitará a

competitividade do credenciamento.

3.4. O licitante deverá preencher as declarações em campo próprio do sistema, as quais,

obrigam a proponente a todos os efeitos legais, uma vez que a senha e a chave eletrônica

são de uso exclusivo, porém, não exime o envio do Termo Declaratório, devidamente

preenchido, conforme estabelecido no ANEXO V, o qual deverá ser encaminhado

juntamente com a proposta inicial e documentos de habilitação.

3.5. Declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o

proponente às sanções previstas em lei e neste edital.

3.6. A participação no presente credenciamento implica aceitação plena das condições

expressas neste edital e seus anexos.



Estado do Espírito Santo

4. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas.

4.2. Os pedidos de impugnações deverão ser enviados, através do endereço eletrônico do provedor em local próprio Sistema Portal de Compras no (www.portaldecompraspublicas.com.br), ou ainda, apresentados por escrito, dirigidos ao Agente de Contratação pelo endereço eletrônico indica no preâmbulo.

4.2.1. As impugnações somente serão aceitas quando cumpridas os demais requisitos de admissibilidade.

4.3. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados à Agente de Contratação por meio do endereço eletrônico do provedor em local próprio no Sistema Portal de Compras (www.portaldecompraspublicas.com.br).

4.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br sendo de responsabilidade dos proponentes, seu acompanhamento.

4.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Agente de Contratação, nos autos do processo de credenciamento.

4.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



Estado do Espírito Santo

5. DO REQUERIMENTO E DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

- 5.1. O requerimento e a documentação habilitatória, deverão ser inseridas, exclusivamente pelo Portal de Compras Públicas, a partir do dia 07/11/2025, as 9h.
 - 5.1.1. O requerimento e documentações poderão ser enviadas a qualquer tempo enquanto permanecer aberto o credenciamento.
 - 5.1.2. A primeira **distribuição de demanda** ocorrerá no dia **07/11/2025** exclusivamente entre os habilitados que se credenciaram até o dia **01/12/2025**.
 - 5.1.3. Na vigência do presente credenciamento a unidade gestora sempre que ocorrer o aumento de demanda que não possa ser suportada pelos contratos em vigência e haja disponibilidade orçamentária e financeira **promoverá nova distribuição de demanda.**
- 5.2. Pela natureza da forma de contratação os preços a serem contratos são prefixados pela Administração, conforme consta do anexo II, do presente Edital.
- 5.3. O prazo de validade do requerimento não poderá ser inferior a 120(cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.4. Até a abertura da sessão, o proponente poderá retirar ou substituir o requerimento anteriormente inserida no sistema.
- 5.5. O conteúdo do requerimento será de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. No requerimento deverão ser considerados todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.7. A documentação exigida para fins de <u>habilitação</u> é aquela constante do <u>Termo de</u>

 <u>Referência</u> em seus itens <u>6</u>, <u>7 e 8</u>.



Estado do Espírito Santo

5.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados por meio

digital necessariamente com a possibilidade certificação de sua autenticidade.

5.9. Na análise dos documentos de habilitação, a Agente de Contratação poderá sanar

erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica,

mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes

eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação

do proponente cujo requerimento atenda ao edital de credenciamento, após concluídos

os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS

6.1. A abertura do presente credenciamento dar-se-á em sessão pública, por meio de

sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

6.2. A Agente de Contratação verificará o requerimento apresentado, desclassificando,

de pronto aqueles que não estejam em conformidade com os requisitos do edital.

6.3. A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema.

6.4. A Agente de Contratação verificará se os requerentes atendem às condições deste

Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a futura contratação,

mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. SICAF;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela

Controladoria-Geral da União

(https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela

Controladoria-Geral da União

(https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).



Estado do Espírito Santo

6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e de seu

sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n°

8.429, de 1992 (Improbidade Administrativa).

6.6. Será desclassificada o requerimento que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital

ou seus anexos, desde que insanável.

7. DOS RECURSOS

7.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo

próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação

ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão, ficando a

autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao proponente declarado vencedor.

7.1.1. Os demais proponentes ficarão intimados para apresentar suas

contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal

ou de divulgação da interposição do recurso.

7.2. As razões dos recursos deverão ser encaminhadas em campo próprio do sistema, ou

ainda, apresentados por escrito, dirigidos à Agente de Contratação e protocolizados

junto a Agente de Contratação - Superintendência de Licitações da Prefeitura Municipal

de Cariacica, sito na Av. Mario Gurgel, nº 2.502 – Alto Lage – Cariacica/ES, CEP 29.151-

900, em dias úteis, no horário de 08h:00min as 17h:00min.

7.3. A Agente de Contratação receberá o recurso, examinando-o quanto a

admissibilidade, verificando a sua tempestividade, a sucumbência, a legitimidade e o

interesse da parte.



Estado do Espírito Santo

7.3.1. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo Proponente.

7.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão.

7.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais proponentes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. Transcorrida partição da demanda entre os credenciados estes serão convocados a firmar o contrato de prestação de serviços, conforme modelo do **anexo VII**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

8.2.A contratação ocorrerá por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 74, inc. IV da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3. Os contratos terão o prazo de até 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 5 anos ou, serem extintos por perda de objeto quando esgotado os quantitativos contratados.

8.4. Em razão da forma de contratação adotada, os contratos serão firmados por um valor global, e sua mediação se dará mensalmente com o pagamento dos serviços efetivamente prestados.

8.5. Os serviços objeto da contratação não poderá ser cometidos a terceiros, salvo expressa autorização da Administração.

//



Estado do Espírito Santo

9. DO DESCREDENCIAMENTO

9.4. O descredenciamento poderá ocorrer a pedido do credenciado, por descumprimento das obrigações estabelecidas neste edital ou por razões de interesse

público, devidamente justificadas, nos termos do art. 80 da Lei nº 14.133/2021.

9.5. A credenciada que desejar solicitar o descredenciamento deverá formalizar seu

pedido por escrito para a Comissão de Credenciamento, com antecedência mínima de

60 (sessenta)

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública

observarão o horário de Brasília - DF.

10.5. A homologação do resultado deste credenciamento não implicará direito à

contratação.

10.6. Os requerentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus

requerimentos e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses

custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

10.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluirse-á o dia

do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de

expediente na Administração.

10.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o

afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato,

observados os princípios da isonomia e do interesse público.

10.9. Fica eleita a Vara da Fazenda Pública Municipal de Cariacica – Comarca da Capital

do Estado do Espírito Santo, como foro competente para solucionar eventuais



Estado do Espírito Santo

pendências decorrentes deste Edital, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

- 10.10. Eventuais alterações na remuneração deste ato convocatório, produzirá efeitos sobre os contratos derivados do credenciamento aqui tratado.
- 10.11. A participação neste Credenciamento implica em plena aceitação dos termos e condições deste Edital e seus anexos, bem como das normas vigentes.
- 10.12. É facultada ao Agente de Contratação, ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta comercial.
- 10.13. O licitante deverá atender a todas as solicitações constantes nas diligências realizadas pelos Agentes de Contratação, a qualquer momento do certame, no intuito de sanar ou complementar informações necessárias.
- 10.14. O prazo para resolução da diligência fica a cargo do Agente de Contratação deste certame, que estabelecerá o prazo conforme seu entendimento e peculiaridades do objeto.
- 10.15. Fica a cargo do Agente de Contratação a reiteração do pedido de informação, caso julgue pertinente, em casos de respostas incorretas ou insatisfatórias.
- 10.16. Caso as diligências não sejam atendidas satisfatoriamente, o licitante será desclassificado.
- 10.17.A ausência de resposta aos esclarecimentos solicitados também poderá ensejar a desclassificação/inabilitação do proponente convocado.
- 10.18. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 10.19. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cariacica.es.gov.br/licitacoes



Estado do Espírito Santo

10.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO II- TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III- MODELO DE REQUERIMENTO DO CREDENCIAMENTO

ANEXO IV- DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO

ANEXO V- TERMO DECLARATÓRIO

ANEXO VI- MODELO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO VII- MINUTA DE CONTRATO DO CREDENCIAMENTO

Cariacica/ES, 25 de setembro de 2025.

Agente de Contratação (a): Gloria Stefany Matias da Silva

Matrícula n°118.322

Samuel Property of the Control of th

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

Estado do Espírito Santo

<u>ANEXO I</u>

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBSERVAÇÃO: Documento em arquivo eletrônico (digital) disponibilizado para download no site

https://transparencia.cariacica.es.gov.b r/ e
portaldecompraspublicas.com.br



Estado do Espírito Santo

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

OBSERVAÇÃO: Documento em arquivo eletrônico (digital) disponibilizado para download no site

https://transparencia.cariacica.es.gov.b r/ e
portaldecompraspublicas.com.br



Estado do Espírito Santo

ANEXO III

MODELO DE REQUERIMENTO DO CREDENCIAMENTO CREDENCIAMENTO № 001/2025

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

A pessoa jurídica abaixo nominada requer a Vossa Senhoria o credenciamento, objetivando a prestar serviços de medicina veterinária para esterilização cirúrgica de cães e gatos,

Nome da pessoa jurídica:

Endereço:

Município:

CNPJ:

Telefone (s): E-mail:

I. DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

A empresa interessada deverá preencher o quantitativo de acordo com sua capacidade, respeitando o limite estabelecido na Planilha de Quantitativos e valores dos Procedimentos. Porém, este quantitativo informado, poderá ser ajustado, conforme a quantidade de empresas interessadas no Credenciamento, e suas respectivas quantidades.

TABELA GERAL DO CREDENCIAMENTO



Estado do Espírito Santo

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT.
01	Castração em canino fêmea com até 10 kg, com fio de sutura absorvível	Uni/ser	600
02	Castração em canino fêmea de 10kg à 20kg, com fio de sutura absorvível	Uni/ser	760
03	Castração em canino fêmea de 20 à 30 kg, com fio de sutura absorvível	Uni/ser	360
04	Castração em canino fêmea acima de 30kg, com fio de sutura absorvível	Uni/ser	280
05	Castração em canino macho de até 10 kg, com fio de sutura absorvível	Uni/ser	240
06	Castração em canino macho de 10kg à 20kg, com fio de sutura absorvível	Uni/ser	280
07	Castração em canino macho de 20 à 30 kg, com fio de sutura absorvível	Uni/ser	140
08	Castração em canino macho acima de 30kg, com fio de sutura absorvível	Uni/ser	60
09	Castração em felino fêmea, de até 8 kg, com fio de sutura absorvível.	Uni/ser	1800
10	Castração em felino macho de até 8 kg, com fio de sutura absorvível	Uni/ser	560
11	Medicação pós operatória completa para 5 (cinco) dias (antibiótico, anti-inflamatório e analgésico)	Uni	5080
12	Microchipagem NFC de caninos e felinos (material/medicamento e aplicação)	Uni/ser	5080

17

//



Estado do Espírito Santo

13	13	Hemograma	Uni/ser	6248
----	----	-----------	---------	------

	TABELA -2° CICLO PETVIDA							
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT.					
1	Castração em canino fêmea com até 10kg, com fio de sutura absorvível.	Uni/ser	150					
2	Castração em canino fêmea de 10kg à 20kg, com fio de sutura absorvível.	Uni/ser	190					
3	Castração em canino fêmea de 20 à 30kg, com fio de sutura absorvível.	Uni/ser	90					
4	Castração em canino fêmea acima de 30kg, com fio de sutura absorvível.	Uni/ser	70					
5	Castração em canino macho de até 10kg, com fio de sutura absorvível.	Uni/ser	60					
6	Castração em canino macho de 10kg à 20kg, com fio de sutura absorvível.	Uni/ser	70					
7	Castração em canino macho de 20 à 30kg, com fio de sutura absorvível	Uni/ser	35					
8	Castração em canino macho acima de 30kg, com fio de sutura absorvível.	Uni/ser	15					
9	Castração em felino fêmea, de até 8 kg, com fio de sutura absorvível.	Uni/ser	450					
10	Castração em felino macho de até 8 kg, com fio de sutura absorvível.	Uni/ser	140					
11	Medicação pós operatória completa para 5(cinco) dias (antibiótico, anti inflamatório e analgésico)	Uni	1270					
12	Microchipagem NFC de caninos e felinos	Uni/ser	1270					

//



Estado do Espírito Santo

	(material/medicamento e aplicação)		
13	Hemograma	Uni/ser	1562

13	Hemograma			Uni/ser	1562		
cond docu term	dições estabel umentos exigi nos, pede defe	oformações acima são lecidas pela no edital dos, nos termos do E rimento. de de 20	e seus anex Edital de Cred	os. Para tanto	o faço anexar os		
	Nome e assinatura do requerente Nome e assinatura do responsável técnico ANEXO IV DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO CREDENCIAMENTO Nº 00X/2025						
А	empresa	(Nome da			abelecida à		
S	(En	dereço Completo), indica o Responsáve deste Credenciament abilitado para tal.	el Técnico abai	inscrita no xo, para o dese	CNPJ nº empenho dos		
	NOME	FUNÇÃO	ESPECIALI	ZAÇÃO M	ATRÍCULA - CRMV		

//

Estado do Espírito Santo

CIENTES:						
					_	
(Assinatura	do	Credenciado	com			
respectiva ide	ntificaç	ão)				
(Assinatura do respectiva ide	•	nsável Técnico c ão)	om			

ANEXO V

TERMO DECLARATÓRIO

Em	cumprimento	as	determinações	da	Lei	nº	14.133/	2021,	participação	no
CRE	DENCIAMENTO	nº	001/2025,	a ei	mpre	sa		(razão	o social)	,
esta	belecida à		. (Endereço Co	mple	to)		, devida	amente	e inscrita no C	NPJ
sob	o nº	, D l	ECLARA que co	nhece	e e ac	eita	todos os	parâm	etros e elemer	ntos
para	a execução do	obje	to e em particu	ılar qı	ue:					

- a. Não está impedida de contratar com a Administração Pública, direta e indireta;
- Não está punida com suspensão temporária perante o município de Cariacica ou declarada inidônea perante qualquer órgão da Administração Pública;



Estado do Espírito Santo

c. Não existe a superveniência de fato que impeça a sua habilitação/participação

nesta licitação, estando ciente da sua obrigatoriedade de declarar ocorrências

posteriores.

d. Não haverá participação direta ou indireta de servidor público de entidades ou

órgãos da administração Municipal no fornecimento do objeto, do Processo nº-

-/--.

e. Que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho

degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do artigo 1º e no inciso III

do artigo 5º da Constituição Federal;

f. Que na execução do objeto do Pregão Eletrônico nº--/-- cumprirá com a

reserva de cargos para a pessoa com deficiência, menor aprendiz e para

reabilitado da Previdência Social nos termos do artigo 93 da lei nº8.213/1991 e

que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

g. Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação no

presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências

posteriores.

h. Não possui em seu quadro menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou

insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na

condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Que, de acordo com o art. 155, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, sob as

penas do artigo 299 do Código Penal, são autênticos os documentos

apresentados e verdadeiro seu conteúdo, e que tem consciência de que

poderá ser processado por crime de falsidade ideológica na hipótese de



Estado do Espírito Santo

falsear na presente declaração sujeitando-se à pena de reclusão, de um a cinco anos, e multa.

j. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,

bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos

no edital;

k. Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para

atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas

leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho

e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das

propostas.

I. Que se enquadra, na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3° da Lei

Complementar nº 123/2006.

i. Não está incluso em nenhuma das vedações do § 4º, do art. 3º da referida

Lei.

ii. Que não celebraram contratos com a Administração Pública cujos valores

somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de

enquadramento como empresa de pequeno porte (art.4°, §2°, da Lei

14.133/2021).

m. E quanto a idoneidade de sua participação neste certame que:

i. A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de

maneira independente pelo Licitante acima identificado, e o conteúdo da

proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado,

discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato,

//

por qualquer meio ou por qualquer pessoa;



Estado do Espírito Santo

ii. A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante

potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

iii.Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na

decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, quanto a sua

participação ou não na referida licitação;

iv.Que o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte,

direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro

participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto; e

v.Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta

ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante

da Prefeitura de Cariacica antes da abertura oficial das propostas;

Por ser a expressão da verdade, eu, Carteira de Identidade nº., CPF Nº., representante legal desta empresa, firmo a presente.

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)

OBS.: A **falsidade** de **declaração** prestada neste documento caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, (falsidade ideológica) sem prejuízo enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas no instrumento convocatório.

ANEXO VI

MODELO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO



Estado do Espírito Santo

O Município de Cariacica pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Mário Gurgel – nº. 2.502 – Bairro: Alto Lage - Cariacica – Estado do Espírito Santo, CEP: 29.151-570, inscrito no CNPJ sob o nº 27.140.549/0001-19, com fundamento nas disposições da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, e com fulcro no Edital de Chamamento Público nº. xxx/2025 do processo nº. xxxx/xxxx, considerando a regularidade da documentação apresentada conforme análise de despacho anexo aos autos pela Comissão Permanente de Licitação, resolve CREDENCIAR o(s) seguinte(s) proponente(s) para celebração de Termo Contratual.

1ª			
2ª			

Registra-se que o referido Chamamento continua aberto para recebimento das documentações por quem possa interessar.

Cariacica-ES, ----/----

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Prefeitura Municipal de Cariacica - ES

//



Cidades nº:

Processo nº: 25.864/2025 ID

Estado do Espírito Santo

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO DO CREDENCIAMENTO

CONTRATO		ADMINIS [*]	TRATIVO		N
/,	QUE	FAZEM	ENTRE	SI	C
MUNICÍPIO	D	E CAR	IACICA,	F	POF

INTERMÉDIO DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA

CIDADE E MEIO AMBIENTE.

.....



Estado do Espírito Santo

Eletrônico n. .../..., resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Credenciar clínicas e hospitais veterinários visando a futura contratação da prestação de serviços de esterilização cirúrgica de cães e gatos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo II deste termo).

1.2. Descrição dos quantitativos do objeto:

Item	Descritivo	Quant
1	Castração em canino fêmea com até 10 kg, com fio de sutura absorvível	600
2	Castração em canino fêmea de 10kg à 20kg, com fio de sutura absorvível	760
3	Castração em canino fêmea de 20 à 30 kg, com fio de sutura absorvível	360
4	Castração em canino fêmea acima de 30kg, com fio de sutura absorvível	280
5	Castração em canino macho de até 10 kg, com fio de sutura absorvível	240
6	Castração em canino macho de 10kg à 20kg, com fio de sutura absorvível	280
7	Castração em canino macho de 20 à 30 kg, com fio de sutura absorvível	140
8	Castração em canino macho acima de 30kg, com fio de sutura absorvível	60
9	Castração em felino fêmea, de até 8 kg, com fio de sutura absorvível.	1800
10	Castração em felino macho de até 8 kg, com fio de sutura absorvível	560
11	Medicação pós operatória completa para 5 (cinco) dias (antibiótico, anti-inflamatório e analgésico)	5080
12	Microchipagem NFC de caninos e felinos (material/medicamento e aplicação)	5080



Estado do Espírito Santo

13	Hemograma	6248
----	-----------	------

Item	Descritivo	Quant
1	Castração em canino fêmea com até 10 kg, com fio	
	de sutura absorvível	150
2	Castração em canino fêmea de 10kg à 20kg, com fio	
	de sutura absorvível	190
3	Castração em canino fêmea de 20 à 30 kg, com fio de	
	sutura absorvível	90
4	Castração em canino fêmea acima de 30kg, com fio	
	de sutura absorvível	70
5	Castração em canino macho de até 10 kg, com fio de	
	sutura absorvível	60
6	Castração em canino macho de 10kg à 20kg, com fio	
	de sutura absorvível	70
7	Castração em canino macho de 20 à 30 kg, com fio de	
	sutura absorvível	35
8	Castração em canino macho acima de 30kg, com fio	
	de sutura absorvível	15
9	Castração em felino fêmea, de até 8 kg, com fio de	
	sutura absorvível.	450
10	Castração em felino macho de até 8 kg, com fio de	
	sutura absorvível	140
11	Medicação pós operatória completa para 5 (cinco)	
	dias (antibiótico, anti-inflamatório e analgésico)	
		1270
12	Microchipagem NFC de caninos e felinos	
	(material/medicamento e aplicação)	1270
13	Hemograma	1562

1.2.1. A quantidade de serviços a serem realizados por ciclo será definida de acordo com a demanda e o quantitativo estabelecido no Plano de Trabalho aprovado junto ao Governo do Estado do Espírito Santo;



Estado do Espírito Santo

1.3. Ficam vinculados a esta contratação, independentemente de transcrição os documentos que instruem o processo de licitação que a precede, em especial: I. O Termo de Referência;

- II. O Edital da Licitação;
- III. A Proposta do contratado;
- IV. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. A proposta da Contratada, consta anexadas neste instrumento contratual.
- 1.5. Os serviços objeto deste contrato serão prestados conforme consta na planilha apresentada pela CONTRATADA, devidamente corrigida pela forma disposta no Credenciamento nº-----/--- e aceita pelo CONTRATANTE,.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO, E, PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência deste contrato será de 06 (seis) meses a contar da data de sua assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado conforme a Lei 14.133/2021.
 - 2.2.1. O prazo de vigência poderá ser alterado a critério do município.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

- 3.1. A Contratada receberá o valor correspondente a prestação de serviços para o Lote , de acordo com a demanda definida pela Contratante, nos locais definidos neste contrato.
- 3.2. No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outros.
- 3.3. É vedada a cobrança de sobretaxa a qualquer título, quer do Município, quer diretamente do usuário.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontramse definidos no Termo de Referência, anexo II deste edital.



Estado do Espírito Santo

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE

5.1. Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis e deverão seguir os valores unitários

definidos pela Portaria específica publicada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente

e Recursos Hídricos – SEAMA, do Governo do Estado do Espírito Santo.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários ao pagamento das despesas da presente

contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária e elementos de

despesa:

Órgão: Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Meio Ambiente

Classificação Funcional:

Natureza da Despesa:

Vinculo:

CLÁUSULA SÉTIMA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

7.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como

os prazos e condições de execução, entrega, observação e recebimento do objeto

constam no Termo de Referência, anexo a este edital.

7.2. Para execução do objeto deste Termo de Referência, pretende-se credenciar

hospitais veterinários ou clínicas veterinárias que estejam aptas a realizar os

procedimentos objetos do presente contrato que visa implementar o Programa PetVida

do Governo do Estado do Espírito Santo no município de Cariacica.

7.3. Para o credenciamento, será publicado o Edital de Chamamento Público, que

permanecerá aberto para o recebimento da documentação exigida.

Estado do Espírito Santo

7.4.A empresa interessada deverá apresentar o Requerimento de Credenciamento, no

modelo fornecido por esta municipalidade, com capacidade técnica de atendimento aos

serviços a serem prestados.

7.5. Após o prazo de 15 (quinze) dias, será realizada a distribuição do quantitativo

previsto para o primeiro Ciclo do Programa PetVida do Governo do Estado do Espírito

Santo entre as empresas credenciadas durante este prazo.

7.6. Aqueles que se credenciarem após o prazo de 15 (quinze) dias, estarão habilitados

para participarem da distribuição do quantitativo previsto no ciclo seguinte, juntamente

com as empresas credenciadas anteriormente, momento no qual deverão apresentar

novamente toda a documentação necessária para a habilitação e formalização do

contrato de prestação de serviços.

7.7.A distribuição dos quantitativos e a formalização dos contratos de prestação de

serviços ocorrerão conforme demanda e repasse dos recursos previstos no Programa

PetVida do Governo do Estado do Espírito Santo.

7.8. Havendo a disponibilidade do recurso, as empresas habilitadas serão comunicadas

para que apresentem novamente a documentação de habilitação para formalização do

contrato de prestação de serviços.

7.9. A distribuição dos quantitativos dos ciclos seguintes serão realizadas 15 (quinze) dias

após a comunicação à empresas credenciadas para que providenciem a documentação

atualizada.

7.9.1. As empresas habilitadas que não apresentarem a documentação no prazo

descrito acima, não serão contempladas na distribuição dos quantitativos do ciclo

vigente;

Estado do Espírito Santo

7.10. O prazo para credenciamento junto ao Município poderá ser prorrogado, caso não

compareçam interessados em ofertar o serviço, ou em atender ao interesse público,

mediante justificativa da autoridade competente, do que se dará ampla publicidade.

7.11. A data da distribuição dos quantitativos poderá ser adiada caso a capacidade

técnica das empresas credenciadas não atinjam o quantitativo necessário para execução

do Plano de Trabalho aprovado junto ao Governo do Estado;

7.12. Poderão realizar o credenciamento todas os hospitais ou clinicas veterinárias com

registros no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Espírito Santo -

CRMV/ES, na condição de pessoa jurídica, e devidamente inscritos na Junta Comercial

do Estado do Espírito Santo, e que atenderem a todas as exigências do Edital e seus

anexos.

7.13. A gestão do credenciamento será de responsabilidade do(a) Secretário(a)

Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Meio Ambiente, o qual terá seu fiscal e

gestor devidamente designados.

7.14. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as

cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá

pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.15. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, em

virtude da necessidade em atender fielmente ao cronograma do Governo do Estado e

caso não haja tempo hábil para correção do fato que insidiou tal impedimento, o

Contrato poderá ser rescindido e o quantitativo restante, distribuído às empresas

credenciada para o ciclo em questão.

Estado do Espírito Santo

7.16. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito

sem que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para

esse fim.

7.17. O órgão poderá convocar o representante da contratada para adoção de

providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.18. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade

poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para

apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações

contratuais, mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do

plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de

aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação total e nem parcial do objeto contratual.

8.2. Caso posteriormente, por circunstâncias e motivações de força maior, seja

autorizada a subcontratação, obrigar-se-á a contratada a celebrar o respectivo contrato

com a inteira obediência aos termos do Contrato firmado com o Contratante e sob a sua

inteira responsabilidade, reservando ainda ao Contratante o direito de, a qualquer

tempo, dar por terminado o subcontrato, sem que caiba a cessionária ou subcontratada

o direito de reclamar indenização ou prejuízo de qualquer espécie.

8.2.1. Caso seja autorizada a subcontratação, por alguma eventualidade pela

Administração Municipal a subcontratada deverá possuir a regularidade fiscal

exigida na licitação que antecedeu à presente contratação.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Além daquelas já delineadas no Termo de Referência, competirão às partes as

seguintes responsabilidades:



Estado do Espírito Santo

9.1.1. AO CONTRATANTE:

- 9.1.1.1. Efetuar o pagamento dos serviços prestados conforme previsto no contrato celebrado entre as partes;
- 9.1.1.2. Fiscalizar se os serviços prestados se encontram em conformidade com o solicitado no edital;
- 9.1.1.3. Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da execução dos serviços contratados e solicitar a correção imediata;
- 9.1.1.4. Acompanhar e fiscalizar a entrega do item solicitado;
- 9.1.1.5. Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas;
- 9.1.1.6. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao município;
- 9.1.1.7. Atestar a nota fiscal correspondente após a execução do item licitado;
- 9.1.1.8. Rejeitar o todo ou em parte qualquer serviço realizado fora das especificações ou em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;
- 9.1.1.9. Designar formalmente, um servidor para acompanhar, conferir, receber e fiscalizar a execução dos serviços contratados, bem como, verificando a sua correspondência com as especificações prescritas no contrato, atestando sua conformidade:
- 9.1.1.10. Prestar à licitante vencedora todos os esclarecimentos necessários à execução do contrato;
- 9.1.1.11. Fornecer formalmente a listagem dos tutores autorizados e dados dos animais a serem submetidos aos procedimentos cirúrgicos, assegurar a



Estado do Espírito Santo

isonomia e transparência das informações fornecidas e recebidas pela contratada:

9.1.1.12. O processo cirúrgico não prevê diárias de internação, devendo o animal ser devolvido para o seu proprietário no mesmo dia da realização da atividade. Caso o médico veterinário preconize a permanência do animal em regime de internação, o Município de Cariacica não se responsabilizará pelos custos adicionais;

9.1.2. À CONTRATADA:

9.1.2.1. Executar os serviços do presente Termo de Referência, cumprindo a Legislação específica e em conformidade ao exposto em todos os itens deste Termo e de forma compatível com o Programa PetVida;

9.1.2.2. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

9.1.2.3. Responder por qualquer dano ou prejuízo causado ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão culposa ou dolosa de seus prepostos, subcontratados e/ou empregados, em decorrência do fornecimento do objeto após apuração de responsabilidades.

9.1.2.4. Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.1.2.5. A CONTRATADA deverá comunicar, imediatamente e por escrito, à contratante, a ocorrência de qualquer impedimento da entrega dos serviços;

9.1.2.6 A CONTRATADA no ato do pagamento deverá comprovar sua regularidade fiscal;

9.1.2.7. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer



Estado do Espírito Santo

ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de objeto/função. 9.1.2.8. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

- 9.1.2.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.1.2.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abragidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responbilidade ao Contratante;
- 9.1.2.11. Emitir a Nota Fiscal somente após conferência de todos os documentos solicitados para pagamento;
- 9.1.2.12. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos insumos, materiais e serviços aqui descritos, devendo os custos respectivos estar incluídos no preço constante da proposta da CONTRATADA.
- 9.1.2.13. Quaisquer outros custos, diretos ou indiretos, que sejam identificados pelo licitante para a execução dos serviços deverão ser incluídos nos preços do próprio serviço e nunca pleiteados;
- 9.1.2.14. Não transferir a outrem, subcontratar, o serviço de esterilização cirúrgica de cães e gatos previstos no presente Termo de Referência, devendo, em relação aos demais serviços ter prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 9.1.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.2.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

//



Estado do Espírito Santo

9.1.2.17. Observar as boas práticas, técnica e ambientalmente recomendadas

quando da realização dos serviços que são de sua inteira responsabilidade;

9.1.2.18. Designar, por escrito, no ato de assinatura do contrato, preposto com

poderes para representá-la em tudo o que se relacionar com a execução deste

contrato;

9.1.2.19. Possuir telefone celular e fixo para possibilitar a CONTRATANTE

contato direto e imediato com o preposto da CONTRATADA durante 24 (vinte

e quatro) horas.

9.1.2.20. Realizar o atendimento somente dos animais e tutores encaminhados

pela Gestão e/ou fiscalização do Contrato;

9.1.2.21.Zelar pela disciplina nos locais dos serviços, substituindo

imediatamente qualquer funcionário considerado como de conduta

inconveniente pela CONTRATANTE;

9.1.2.22. A responsabilidade sobre qualquer intercorrência desde a chegada do

animal para a castração até a retirada dos pontos é de inteira responsabilidade

da contratada. Deverá também o responsável técnico da contratada executar

os devidos treinamentos à sua equipe quanto a limpeza e esterilização do

material, qualidade e validade dos medicamentos e demais insumos. Assim

como, higiene e limpeza dos ambientes, assepsia e antissepsia dos

procedimentos cirúrgicos, procedimentos anestésicos e cirúrgicos e período de

recuperação anestésica

9.1.2.23. Comunicar à gestão e/ou fiscalização do contrato, no prazo de

máximo de 2 (duas) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente ou óbito que

se verifique no local dos serviços;

9.1.2.24. Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o

saneamento de qualquer irregularidade apontada pela CONTRATANTE;

9.1.2.25. Atender intercorrências no pré, trans, pós-cirúrgico e complicações

pós-cirúrgicas relacionadas aos procedimentos sem ônus à Administração em



Estado do Espírito Santo

qualquer das modalidades em sua clínica veterinária; 9.1.2.26. Responsabilizarse por quaisquer ocorrências que venham a acontecer com os animais durante o procedimento.

9.1.2.27. Dar destino adequado, segundo legislação vigente, de animaisque venham a óbito (cadáveres), e de partes, excetuando casos em que os responsáveis ou tutores solicitem a responsabilidade para si; 9.1.2.28. Participar, por meio dos prestadores habilitados e quando solicitado pela SEMDEC, da realização de mutirões dos procedimentos listados neste Termo de Referência;

9.1.2.29. A CONTRATADA deverá sempre trabalhar e prestar os serviços contratados cumprindo sempre à legislação vigente, em todos os âmbitos, inclusive de acordo com as normativas do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Espírito Santo (CRMV-ES) e o Código de Ética do Médico Veterinário.

9.1.2.30. A CONTRATADA deverá sempre trabalhar e prestar os serviços respeitando os animais e promovendo o bem-estar animal daqueles confinados e mantidos sob sua responsabilidade.

9.1.2.31. A CONTRATADA será a responsável pela aquisição de todos os materiais necessários sejam estes medicamentos, materiais de limpeza e higiene animal.

9.1.2.32. A CONTRATADA será a responsável pela aquisição dos microchips, leitora e sistema para identificação animal.

9.1.2.33. A CONTRATADA será a responsável pela criação de um banco de dados, com histórico, laudos e toda a documentação pertinente de cada animal que ingressar ao programa, e deverá disponibilizar a contratante sempre que solicitado.

//

Telefone: (027) 3354-5815 //



Estado do Espírito Santo

9.1.2.34. CONTRATADA deverá receber à fiscalização sempre que for acionada,

para inspeção dos procedimentos, instalações e condições clínicas (saúde) dos

animais.

9.1.2.35. A CONTRATADA deverá ter assistência Médica Veterinária 24 horas

para atendimentos de urgência e emergências previstos no objeto deste Termo

de Referência;

9.2. A CONTRATADA designará formalmente o preposto, antes do início da prestação

dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do

objeto contratado.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser

recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a

CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.

9.3. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à

Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem

reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela

CONTRATANTE.

9.4. Os serviços deverão ocorrer nas dependências da CONTRATADA, devendo este

dispor de local adequado no município de Cariacica ou nos municípios pertencentes à

região metropolitana da Grande Vitória;

9.5. Caso o local de prestação dos serviços não esteja dentro do município de Cariacica,

o prestador de serviços deverá dispor de veículo adequado para realizar o transporte

(ida e volta) dos animais que passarão pelos procedimentos de castração. A clínica

deverá realizar o agendamento junto ao tutor com o dia e a hora para realização dos

procedimentos e o local de recolhimento dos animais a serem atendidos.



Estado do Espírito Santo

a) Os animais deverão ser transportados em veículo apropriado de

propriedade da Contratada, em boas condições de uso e higienização, equipados

com gaiolas e caixas de transportes para caninos e felinos de qualquer porte, sem

riscos de fuga de animais no trajeto até o local da guarda, com o número adequado

de animais, procurando manter uma situação humanitária em relação aos animais,

e garantindo todas as medidas necessárias para impedir o contato direto entre

estes;

b) O transporte dos animais ficará sob responsabilidade e custeio da

contratada, que arcará com as despesas de combustível e reposição de peças. O

veículo utilizado para o referido transporte deverá estar em perfeitas condições

técnicas, mecânicas e sanitárias, documentação junto ao DETRAN regularizada e

ter manutenção das condições de higiene.

c) Em caso de quebra do veículo, a contratada deverá substituí-lo

imediatamente por outro, nas condições especificadas sem que haja

descontinuidade na execução dos serviços.

9.6. Caso o local de prestação de serviços esteja localizado no Município de Cariacica,

o tutor será responsável pelo transporte (ida e volta) dos animais. A clínica deverá

realizar agendamento junto ao tutor com o dia e a hora para realização dos

procedimentos.

9.7. A Contratada deverá ter funcionamento em regime de 24 horas, ou com plantões

para atendimento dos casos de urgência e emergência, sempre com a presença de

responsável técnico devidamente cadastrado no conselho competente.

9.8. A CONTRATADA deverá possuir como estrutura física mínima para atendimento

dos serviços e/ou procedimentos cujas dependências deverão possuir capacidade para

atender a demanda conforme quantitativo especificado no contrato, considerando

espaço suficiente de acordo com o porte e quantidade, inclusive com área reservada



Estado do Espírito Santo

para os animais que necessitem de cuidados especiais, de modo que os animais não

sofram maus tratos, sendo passível de verificação pela Gerência de Bem Estar Animal,

fiscal ou gestor do contrato , em conformidade com as Resoluções nº 670/2000, nº

962/2010 e 1275/2019 do Conselho Federal de Medicina Veterinária devendo possuir

minimamente os seguintes ambientes:

a) Recepção: local onde os animais aguardam o atendimento Médico

Veterinário;

b) Consultório/ambulatório: local onde os animais serão atendidos, realizados o

exame físico, coleta de sangue para exames laboratoriais préoperatórios,

identificação através do microchip, além dos procedimentos básicos

veterinários;

c) Sala Preparo: local onde os animais são preparados pela equipe técnica para o

procedimento cirúrgico e a recuperação anestésica de acordo com o porte dos

animais que serão atendidos.

d) Sala de paramentação e antissepsia: ambiente onde o Médico Veterinário faz

utilização de máscara cirúrgica, gorro, avental ou capote cirúrgico e realiza a

antissepsia das mãos, para realização do procedimento cirúrgico, em

localização anexa à sala de cirurgia propriamente dita;

e) Centro Cirúrgico: local onde serão realizados os procedimentos cirúrgicos dos

animais. Deverão conter os equipamentos necessários e exigidos de acordo

com a legislação, todos em perfeitas condições de uso;

f) Sala de recuperação pós-anestésica: local onde os animais irão se recuperar da

anestesia, que deverá apresentar condições de abrigar felinos e caninos em

//

boas condições de higiene e sanitária. Obrigatoriamente dispondo de:

Estado do Espírito Santo

• Provisão de oxigênio;

• Sistema de aquecimento para o paciente;

• Ambiente de antissepsia e paramentação imediatamente adjacente à sala de

cirurgia, com pia e dispositivo dispensador de detergente e torneiras acionáveis

por foto sensor, ou através do cotovelo, joelho ou pé.

g) Sala de Internação: local apropriado para manutenção de animais doentes

que necessitam de acompanhamento veterinário e tratamento medicamentoso

intensivo, estando minimamente providos de autonomia cardiovascular, controle

de temperatura, autonomia respiratória e resposta a estímulos externos;

h) Central de Materiais e Esterilização (CME): local contendo equipamentos

para lavagem, secagem e esterilização de materiais por autoclavagem, com as

devidas barreiras físicas.

9.9. A Contratante poderá a qualquer tempo, realizar vistoria para averiguação quanto

ao atendimento aos requisitos estabelecidos. Caso seja detectado algum setor ou

instalação em não conformidade para atendimento dos serviços, a contratada será

advertida e terá o prazo de até 5 dias para adequação do ponto de vista estrutural e/ou

operacional que envolva aspectos sanitários, desde que não haja interferência com o

padrão higiênico-sanitário ou de bem estar animal envolvido nos procedimentos.

Quando a fiscalização do contrato detectar a presença de não conformidades que

afetem indireta ou diretamente o bem estar dos animais, o contrato firmado poderá ser

rescindido unilateralmente por não atendimento aos requisitos mínimos para execução

do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



Estado do Espírito Santo

10.1. Nos termos do prescreve a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal 151/2024, o descumprimento total ou parcial do presente contrato ensejará à contratada a aplicação de sanções, sem prejuízo de outras providências de caráter administrativo e judicial visando reparação de eventuais danos.

10.1.1. As condutas e as respectivas sanções a que está passível a contratada são as seguintes:

a) Descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas:

Advertência;

- b) Por atraso injustificado na prestação dos serviços: Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da nota fiscal, por dia, limitada a 10% (dez por cento);
- c) Descumprimento do Objeto: Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- d) Vencido o prazo da advertência a contratada permanecer inadimplente: Suspensão temporária da contratada de licitar e contratar com a

Administração Pública Municipal por 03 (três) meses;

- e) Aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que a contratada tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração: Suspensão temporária da contratada de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal por 06 (seis) meses;
- f) Alteração da quantidade ou qualidade na prestação dos serviços, Retardamento imotivado da execução do serviço, de suas parcelas: Suspensão temporária da contratada de licitar e contratar com a

Administração Pública Municipal por 12 (doze) meses;

 g) Utilizar na prestação dos serviços material falsificado, adulterado, deteriorado ou danificado: Suspensão temporária da contratada de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal por 24 (vinte e quatro) meses;



Estado do Espírito Santo

h) Paralisação do serviço sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração, sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo, apresentar documentação ou declaração falsa; Falhar ou fraudar na execução do contrato, comportarse de modo inidôneo, cometer fraude fiscal, sofrer condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos privados: Declaração de inidoneidade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

10.2. Na hipótese da aplicação de sanção fica assegurado à Contratada o direito à ampla defesa.

10.2.1. Ocorrendo a instauração do processo para a aplicação de sanção a contratada será notificada para apresentar defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

10.2.1.1. No caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, o prazo para a defesa da contratada é de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação.

10.2.2. O desatendimento à notificação importa o reconhecimento da veracidade dos fatos e a preclusão do direito pela contratada, implicando na imediata aplicação da sanção prevista em Lei e no edital.

10.2.3. No exercício de sua defesa a contratada poderá juntar documentos e pareceres, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.



Estado do Espírito Santo

10.2.4. A contratada incumbirá provar os fatos e situações alegadas e, sem prejuízo da autoridade processante, averiguar as situações indispensáveis à

elucidação dos fatos e imprescindíveis à formação do seu convencimento.

10.3. A aplicação de três advertências, seguidas de justificativas não aceitas, poderá, a

critério da Administração causar a rescisão contratual.

10.4. Na hipótese da aplicação de multa, em havendo garantia prestada, o valor será

descontado desta.

10.4.1. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da

perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, devidamente atualizada

pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou equivalente, a

partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento, ao qual será descontada

dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

10.4.2. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a

partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de execução do serviço, se dia

de expediente normal no órgão ou entidade interessada, ou do primeiro dia útil

seguinte.

10.4.3. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais

sanções restritivas de direitos constantes deste Decreto.

10.5. Ocorrendo atraso injustificado na execução de serviços, o contrato poderá ser

rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese

em que será aplicada multa de acordo com a modalidade.

10.6. Quando da aplicação de sanções em razão de apresentação documentação ou

declaração falsa, falha ou fraude na execução do contrato, inidoneidade de

comportamento e cometimento de fraude fiscal será feita comunicação ao Ministério

Público para adoção de providências cabíveis no âmbito daquela instituição.

10.7. Independentemente das sanções administrativas cabíveis, a contratada ficará,

ainda, sujeita à responsabilização pelo pagamento das perdas e danos causados à

Administração Municipal.



Estado do Espírito Santo

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA

11.1. A contratada deverá garantir a qualidade do serviço a ser prestado à Contratante, cumprindo todos os requisitos exigidos no edital e seus respectivos anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA RESCISÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
- 12.2. Constituem motivos para a rescisão do presente contrato:
 - a) não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
 - b) cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
 - c) lentidão no seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento nos prazos estipulados;
 - e) paralisação do cumprimento do objeto sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
 - f) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores; g) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - h) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera Administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE, e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato.
- 12.3. Sendo conveniente a Administração Pública a rescisão do presente Contrato poderá ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzindo a termo no processo as suas razões.
 - 12.3.1. Declarada a rescisão do Contrato, a CONTRATADA receberá do Contratante apenas o pagamento relativo à parte do objeto realizado, depois de medidos e aprovados pela fiscalização.



Estado do Espírito Santo

12.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado.

12.4.1.O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- **b.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- c. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
 - a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - c. Indenizações e multas.
- 12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPAMHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 13.1. A execução do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Contratante que deverá atestar a realização dos serviços contratados.
 - 13.1.1. A ação da fiscalização não reduz nem tampouco exclui a responsabilidade da Contratada perante a Administração e terceiros;

Estado do Espírito Santo

13.2. A solicitação será realizada pela gestão/fiscalização do contrato à CONTRATADA,

com o encaminhamento dos dados do tutor, número de animais autorizados

vinculados ao Tutor e informações do animal a ser castrado;

13.3. Todos os tutores cujos dados forem encaminhados para a Clínica, estarão

automaticamente AUTORIZADOS à realização do procedimento, tendo em vista que

a triagem já fora previamente realizada pela Gerência de Bem Estar Animal;

13.4. A CONTRATADA deverá contactar diretamente os tutores autorizados, no prazo

máximo de 5 (cinco) dias, para realizar o agendamento dos procedimentos listados

na Planilha;

13.5. A Ordem de Serviços (OS) autorizará o início da prestação de serviço que deverá

ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

13.6.A Empresa contratada realizará a triagem nos animais selecionados pela

Gerência de Bem Estar Animal através dos exames pré-operatórios e avaliação clínica

a ser realizada pelo médico veterinário responsável pela empresa. O médico

veterinário deverá atestar a aptidão do animal à realização do procedimento.

13.7. Caso o animal seja considerado inapto, o município realizará o pagamento do

exame pré-operatório conforme tabela de especificação no item 13 (Contido na

tabela de especificações dos serviços a serem prestados).

13.8. Após avaliação clínica, os animais considerados aptos, serão preparados para o

procedimento cirúrgico, devendo ser realizada a tricotomia, antissepsia, medicação

pré-anestésica (MPA). Ato contínuo, será realizada a indução e manutenção da

anestesia geral, a critério do Médico Veterinário e respeitando as técnicas anestésicas

confiáveis e seguras. Na sequência, será realizado o procedimento cirúrgico.



Estado do Espírito Santo

13.9.É de responsabilidade do tutor providenciar roupa cirúrgica ou colar cervical para serem colocados nos animais submetidos ao procedimento cirúrgico ou tecido

em malha para confecção da roupa cirúrgica artesanal;

13.9.1. Em caso de impossibilidade de comparecimento ao dia agendado, o tutor,

salvo justificativa, terá seu cadastro e, por consequência, sua

AUTORIZAÇÃO canceladas, para a realização dos procedimentos;

13.10.O tutor deve seguir as orientações de pós responsável pela cirurgia, a fim de evitar

complicações e que o animal retire os pontos e comprometa a cirurgia.

O tutor também ficará responsável pela troca do curativo. A Clínica Veterinária

realizará a retirada dos pontos, a data e horário para a retirada dos pontos deverá ser

descrita no laudo de alta.

13.11. É de responsabilidade das ONG's e dos Protetores Independentes, realizar o

cadastro dos animais não domiciliados ou errantes, levando em consideração que

estes animais deverão receber os cuidados pré e pósoperatórios assim como os

demais animais.

13.12. A clínica veterinária deverá medicar os animais para que possam ser

submetidos ao procedimento cirúrgico de forma digna, conforme preconiza a

Resolução nº 962/2010, que os procedimentos de esterilização cirúrgica sejam

realizados com o animal em plano anestésico através de medicações anestésicas

apropriadas e com grau de eficiência, segurança e bem estar, visando analgesia dos

animais submetidos, bem como disponibilizar medicação pós cirúrgica quando da

entrega do animal de volta ao tutor responsável.

13.14. As castrações serão contratadas conforme a necessidade e demanda do

município.

Estado do Espírito Santo

13.15. A cirurgia de castração deverá ser realizada em período não superior à 24 (vinte

e quatro) horas após a internação, devolvendo o animal ao tutor/guardião em

perfeitas condições de saúde;

13.16. Caso o animal não esteja em boas condições de saúde e, portanto, inapto ao

procedimento, a clínica deverá orientar o tutor a buscar tratamento veterinário.

13.17. Verificada a necessidade de realização de procedimentos, exames, aplicação

de medicação ou qualquer outro procedimento excepcional, que não esteja

contemplado no contrato firmado com a clínica, tais procedimentos correrão às

custas do munícipe, cuidador ou ONG titular do animal, sem ônus para a

administração pública;

13.18. A contratada deverá contactar a gestão e/ou fiscalização do contrato, bem

como o responsável pelo(s) animal(is) de forma prévia à respeito da necessidade de

realização de procedimentos, exames ou aplicação de medicação não contemplados

pelo Programa, facultando a este a decisão em prosseguir com o atendimento;

13.19. A prestação de serviço será acompanhada pelos fiscal e gestor do contrato, que

será designado como representante da Administração nos termos da Art. 117 da Lei N.º

14.133/21, para devendo atestar a realização dos serviços contratados para

acompanhamento do contrato.

13.20. A fiscalização exercida pelo município não excluirá ou reduzirá a responsabilidade

da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratado.

13.21. A Contratante poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos ou informações

relativas aos serviços ofertados.

13.21.1. Durante o período de Contrato, sem prévio aviso, sempre que julgar

necessário, a Contratante/SEMDEC fiscalizará a Contratada para análise de



Estado do Espírito Santo

documentos, procedimentos e apuração de irregularidades ou denúncias, podendo a qualquer tempo ser interrompido o prazo de vigência em razão dos fatos ocorridos ou irregularidades constatadas.

13.22. A presença da fiscalização no serviço não reduz nem exclui a responsabilidade da Empresa contratada perante a Administração e terceiros, quanto à perfeita execução do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

- 14.1. O regime jurídico do presente contrato confere ao contratante, em relação a ele, as prerrogativas de:
 - 14.1.1. modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
 - 14.1.2. extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;
 - 14.1.3. fiscalizar sua execução;
 - 14.1.4. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
 - 14.1.2. ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:
 - a) risco à prestação de serviços essenciais;
 - b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).



Estado do Espírito Santo

15.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se

submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e

informados ao titular.

15.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda

informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD,

suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto

descrito no instrumento contratual.

15.3. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus

colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas

atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais,

respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir

compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados,

documento que estar disponível em caráter permanente para exibição ao MUNICÍPIO

DE CARIACICA, mediante solicitação.

15.4. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais,

individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais

no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo MUNICÍPIO DE CARIACICA.

15.5. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a LGPD.

15.6. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução

contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização

administrativa, civil e criminal.

15.7. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527/2011, as partes se comprometem a

manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados

pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na

Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das

informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar

o cumprimento do instrumento contratual.

15.7.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo

existente entre o MUNICÍPIO e a CONTRATADA, e entre está e seus colaboradores, subcontratados,

prestadores de serviço e consultores.

15.8. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o MUNICÍPIO, para a execução do

serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais

como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação,

os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

15.9. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se

compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger

os dados pessoais repassados pelo MUNICÍPIO.

15.10. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar o MUNICÍPIO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer

incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição,

perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar

as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

- 15.11. A comunicação não exime a CONTRATADA das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.
- 15.12. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – MATRIZ DE RISCOS E GERENCIAMENTO

16. Não será considerada para esta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- CONDIÇÕES GERAIS

- 17.1. Representará a Contratada na execução do ajuste a pessoas de *(representante legal)*, portador do CPF nº (xxx.xxx.xxx-xx), na condição de *(cargo/função)*.
- 17.2. Deverão as partes preferencialmente utilizar a Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos CPRAC do Município, como meio para a resolução de controvérsias relacionadas à execução do presente contrato.
- 17.3. Caberá ao Contratante a publicação do extrato deste termo contratual.
- 17.4. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

- 18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art's. 124 e seguintes da Lei n°14.13, de 2021.
- 18.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 18.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Fica eleita o foro da Vara da Fazenda Pública Municipal de Cariacica, Comarca da Capital, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas, direta ou indiretamente, deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.2. E por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com 02 (duas) testemunhas, igualmente signatárias.

Cariacica-ES, ---- de ----- de -----

MUNICIPIO DE CARIACICA

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

1

Nome e CPF

2 _____

Nome e CPF

